

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Governador do Estado
Paulo Câmara

Vice Governadora do Estado
Luciana Santos

Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade
José Antônio Bertotti Júnior

Secretária Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Inamara Santos Melo

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH

Diretor Presidente - DPR
Djalma Souto Maior Paes Júnior

Diretor de Controle de Fontes Poluidoras - DCFP
Eduardo Elvino Sales de Lima

Diretor de Gestão Territorial e Recursos Hídricos – DGTRH
Nelson José Maricevich

Diretor Técnico Ambiental - DTA
Paulo Henrique Camaroti

Diretora de Recursos Florestais e Biodiversidade - DRFB
Janaína Teixeira da Silva

Texto: Paulo Barros
Fotos: Arquivo CPRH

Rua Oliveira Góes, 395, Poço da Panela, Recife/PE – CEP: 52061-340
Telefone: (81) 3182-8800
Ouvidoria Ambiental: (81) 3182-8923
ouvidoriaambiental@cprh.pe.gov.br

www.cprh.pe.gov.br
comunicacao@cprh.pe.gov.br
<http://www.facebook.com/CPRHPE>
<https://www.instagram.com/cprh.pe/>

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2019 - CPRH

1. APRESENTAÇÃO

A Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, este ano completando 43 anos de luta em defesa da preservação ambiental no Estado de Pernambuco, vem pelo presente apresentar a síntese das ações realizadas no exercício de 2019. Nossas metas foram atingidas e o planejamento para o ano de 2020 está delineado, comprometido na prestação do serviço público eficiente.

Nossa missão é a defesa ambiental do Estado de Pernambuco e, embora todas as dificuldades advindas da crise econômica, com repercussão em todas as áreas de atuação humana, a CPRH cumpriu com o que se determinou a realizar. Assim, este Relatório apresenta as conquistas e os desafios superados por todos que fazem a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH.

2. QUEM SOMOS.



Figura 1: Equipe da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH

A Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH é uma entidade autárquica especial estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), integra a Administração Descentralizada do Governo do Estado de Pernambuco, exercendo atividades públicas diretamente, exclusivas e

concorrentes da competência do Poder Executivo. A Agência é detentora de poder de polícia administrativa, atuando através da gestão dos recursos ambientais e sobre as atividades e os empreendimentos utilizadores dos recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ambiental. Na conformidade da Lei nº 14.249, de 17 de dezembro de 2010, a CPRH é responsável pela execução da política estadual de meio ambiente. Tem por finalidade promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente no Estado de Pernambuco, visando ao desenvolvimento sustentável mediante a racionalização do uso dos recursos ambientais, da preservação e recuperação do meio ambiente e do controle da poluição e da degradação ambiental. A CPRH age no controle de fontes poluidoras, na proteção e conservação dos recursos naturais, na educação ambiental como ferramenta para a gestão ambiental, bem como no desenvolvimento de pesquisas voltadas para a melhoria da qualidade ambiental. Para exercer as suas funções, a CPRH atua mediante os seguintes instrumentos de política ambiental: licenças ambientais e autorizações, fiscalização, monitoramento e educação ambiental. A CPRH integra também órgãos e conselhos ambientais de níveis nacionais e internacionais, por composição legal definida ou por conquista política. Em ambos os casos, a Agência contribui para a elaboração de políticas públicas e de projetos de gestão de meio ambiente com base na responsabilidade ambiental.

Missão – Exercer a governança ambiental visando a conservação dos recursos naturais em Pernambuco.

Visão – Uma Agência eficiente para um Pernambuco Sustentável.

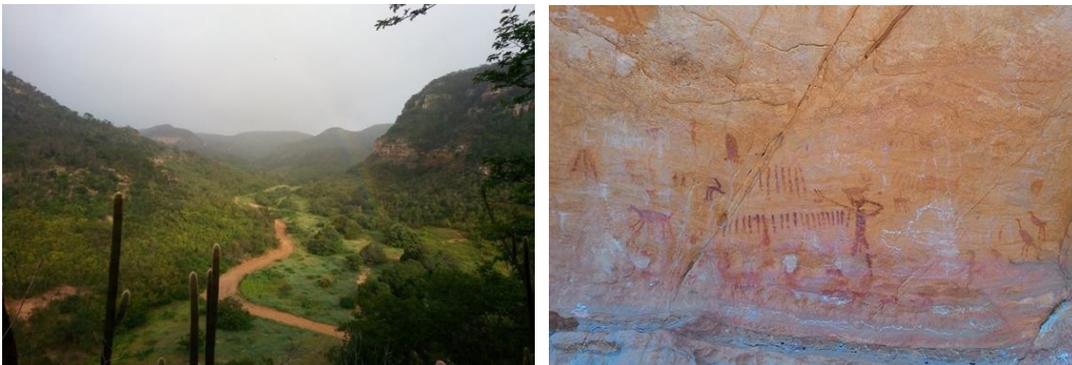
Valores – Ética, responsabilidade sócio ambiental, compromisso, legalidade, transparência, respeito, valorização profissional.

3. ATIVIDADES REALIZADAS

3.1. FLORA

Ao longo de 2019, a agência atuou de forma exemplar na preservação da flora do Estado de Pernambuco. No momento em que, em nosso país aumentam os índices de desmatamento, aumentam as queimadas, desestrutura-se o CONAMA, se extingue conselhos e negligencia-se o licenciamento ambiental, Pernambuco em contra partida avança em sua Política Preservacionista.

No ano de 2019 foram criadas mais 2 novas Unidades de Conservação ambiental no Sertão do Estado, representando 21.997,82 ha de caatinga preservada na Serra do Giz (Figura 2) e Serra da Catingueira. Também no ano de 2019 foi iniciado um projeto, com término para março de 2020, em parceria com PSHPE Ipojuca, para elaboração de estudo para criação de 05 Unidades de Conservação e Corredores Ecológicos na bacia do Rio Capibaribe.



Figuras 2 e 3: Serra do Giz

Destacamos também, a criação do Primeiro Corredor Ecológico do Nordeste, na Área de Proteção Ambiental (APA) de Aldeia Beberibe, através do Decreto nº 47.556 de 05 de junho de 2019, que vai auxiliar notadamente na preservação ambiental e na melhoria da biodiversidade local e cobertura vegetal, além de representar a interligação de importantes áreas do bioma Mata Atlântica, permitindo a circulação dos animais silvestres nessas áreas.

3.2. FAUNA

Ainda em 2019, foi concretizada a aquisição do imóvel onde funciona o Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS Tangará (Figura 3), representando uma área de 3,6 ha, localizado na estrada da Mumbeca, no Recife. Para o local, são destinados todos os animais silvestres apreendidos no Estado de Pernambuco e onde permanecem até estarem aptos a serem devolvidos à natureza. Ao longo deste ano foram recebidos cerca de 10.000 animais e devolvidos cerca de 6.000 animais à natureza. Com a aquisição, a Agência fica apta a conseguir mais investimentos para a melhoria das instalações e profissionais do CETAS, já considerado referência nacional, o que acarretará em um avanço na gestão estadual da fauna silvestre de Pernambuco.



Figuras 4 e 5: Centro de Triagem de Animais Silvestre – CETAS Tangara

Adicionalmente, ao longo do ano de 2019, o trabalho da equipe de fauna resultou também na homologação de 1.704 criadores amadores através do SISPASS e 34 autorizações de manejo de fauna.

Cumpramos registrar que, no ano de 2019, o CETAS bateu todos os recordes de recebimento de animais por devolução voluntária, perfazendo um total de mais de 3000 animais entregues, fruto de um trabalho exemplar de conscientização e educação ambiental executado pelos servidores da CPRH.

Em relação às atividades de educação ambiental voltadas para a gestão da fauna, destaca-se o Projeto Fauna Livre, que visa, através de ações de educação ambiental,

combater a caça, a posse ilegal e o tráfico de animais silvestres. A educação ambiental por seu caráter crítico e transformador, sensibiliza a população para a compreensão acerca das causas e consequências socioambientais dessas práticas predatórias, diminuindo tais comportamentos.

Durante o ano de 2019, foram desenvolvidas 19 campanhas de entrega voluntária em municípios da região metropolitana, zona da mata, agreste e sertão. Estas campanhas garantem e instruem a população que os animais silvestres entregues pela população são encaminhados para o Centro de Triagem de Animais Silvestres de Pernambuco, o CETAS Tangara, onde os mesmos passarão por reabilitação para que, os que apresentam condições, possam ser reintroduzidos na natureza.



Figuras 6 e 7: Campanha de entrega voluntária de animais silvestres

Além disso, foram desenvolvidas durante o ano de 2019, 22 (vinte e duas) capacitações sobre a defesa da fauna silvestre, nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Lagoa dos Gatos, Passira, Paulista, Goiana, Abreu e Lima, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Igarassu, Ipojuca, Moreno, Bonito, Jaboatão, Cabo, Carpina, Serra Talhada, Olinda e Agrestina. Ao todo, um público de 1.035 pessoas participou das capacitações.

Ademais, a exposição fotográfica itinerante “Animais Silvestres: eles precisam de nós!”, apresenta o trabalho desenvolvido pela CPRH na gestão da fauna silvestre em Pernambuco. A referida exposição foi exibida nos municípios de Paulista; Santa Cruz do Capibaribe e Jaboatão dos Guararapes.

3.3. SUSTENTABILIDADE E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Ao longo do exercício de 2019, a CPRH atuou estrategicamente na promoção de políticas públicas sustentáveis, visando estimular o desenvolvimento do Estado sempre aliado à preservação da Biodiversidade de Pernambuco.

No campo dos empreendimentos de geração de energias renováveis licenciados pela CPRH, especificamente sobre a geração de energia eólica, observa-se que o Estado conta hoje com 10.275,47 Mw em produção, 750,6 MW a Instalar e mais 1.185,9 MW Previstos, já com Licença Prévia emitida pela CPRH. Em relação à Energia Solar os valores são: 49,44MW em produção, 1.251,8 MW a instalar e 1.903,1 MW Previstos com Licença Prévia emitida pela CPRH.



Figura 8: Parque eólico instalado em Pernambuco, licenciado pela CPRH.

Ademais, ressaltam-se as ações aplicadas na gestão ambiental da Ilha de Fernando de Noronha, dentre as quais destacam-se:

1. A publicação do Decreto que proíbe o acesso de plástico na Ilha de Fernando de Noronha, Programa Plástico Zero, que fortalece a política de desincentivo do uso de plástico, principal agente poluidor dos mares e oceanos.

2. O acompanhamento do Programa Noronha Carbono Neutro que visa proibir a entrada de carros a motor de combustão na ilha, promovendo o uso de veículos a base de energias renováveis no arquipélago.
3. O licenciamento on-line em Fernando de Noronha que visa eliminar 100% o papel para o licenciamento ambiental na ilha e agilizar a tramitação dos processos que serão todos digitais. Esta ação está servindo de projeto piloto no arquipélago, onde o próximo passo será implantar este procedimento em todo o Estado, o mais breve possível.
4. Contratação de Estudo de Capacidade de Carga em Noronha que instruirá a Lei de Uso e Ocupação do solo, o Plano Diretor e o Plano de Manejo da Ilha.



Figura 9: APA Estadual de Fernando de Noronha

Outro importante avanço alcançado em 2019 foi a Contratação do ITEP para atualização evolutiva do Sistema de Informações Ambientais SIG-Caburé. Com a iniciativa, o sistema terá novas funcionalidades e infraestrutura, permitindo uma melhor experiência de uso aos usuários e a implantação de novas informações como os dados sobre energias renováveis no estado.

Nesta seara, Pernambuco é um dos poucos, ou talvez o único Estado do país, que possui o Mapa Eólico e Solar em todo seu território. Estas informações incorporadas ao SIG Caburé permitirão uma melhor escolha das localizações dos empreendimentos de produção de energias renováveis. Com isso, além de atender aos interesses econômicos, levará em consideração também a garantia da preservação ambiental de áreas importantes já mapeadas.



Figuras 10 e 11: Sistema e Informações georreferenciadas que serão trabalhadas pela CPRH para incentivar e subsidiar a instalação de novos empreendimentos de geração de energias renováveis no estado, de forma sustentável.

3.4. VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

Além dos aspectos supracitados, a CPRH tem mais um excelente motivo de chegar ao final de 2019 com bons resultados: a nova sede da Agência. A mudança troca o casarão da Rua Santana, onde funciona há 40 anos, para um empresarial localizado na Rua Oliveira Goes, 395, Poço da Panela, promovendo uma economia para o Estado na ordem de R\$ 200 mil/ano.



Figura 12: Nova sede da CPRH

Outra conquista para a infraestrutura da CPRH advém da instalação da nova rede de TI. Através do uso de fibra ótica, a agência contará com uma das melhores infraestruturas de TI do Estado, permitindo a agilidade e melhoria da qualidade dos serviços, sobretudo em relação à utilização e disponibilização dos sistemas de geoinformações ambientais da CPRH, SIG-Caburé e outros.

Além da nova sede, tivemos uma conquista importante para os servidores da CPRH com a aprovação e publicação da Lei nº 16.766 de 18 de dezembro de 2019 que atualiza os valores repassados pelo IBAMA para o Estado referente à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Pernambuco – TFAPE. Esta alteração repercutirá positivamente nas ações de fiscalização desempenhadas pelos servidores da Agência, subsidiando economicamente a autarquia e dando mais condições de melhorias na infraestrutura para estas atividades.

Ainda em relação à valorização dos servidores, especificamente na área das capacitações, em 2019, foram realizados três cursos pelo Programa de Saneamento Ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca - Projeto PSA Ipojuca:

- Medição de Ruído para Análise de Impacto Ambiental;
- Gestão Ambiental no Transporte Terrestre de Produtos e Resíduos Perigosos;

- Curso Medição de Ruído para Análise de Impacto Ambiental
- Reuso (Enfoque em Efluentes Sanitários e Industriais)

O projeto de Capacitação dos Técnicos da CPRH, é objeto do contrato de empréstimo nº 2901/OC-BR, celebrado entre o Estado de Pernambuco, através da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Ademais, neste projeto é previsto a execução de um total de 12 (doze) cursos de capacitação, com carga horário de 40 (quarenta) horas/aula para cada turma de até 25 (vinte e cinco) alunos, a fim de atender às necessidades da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH. As capacitações foram realizadas na cidade de Recife/PE, no período de 18/11/2019 a 06/12/2019, no Centro Universitário Maurício d Nassau.

3.5. LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL

Representando um dos principais pilares das atividades exercidas pela CPRH, o licenciamento ambiental representa um importante instrumento de controle para a gestão ambiental do Estado. Diante desta premissa, a CPRH no ano de 2019, assim como nos anos anteriores, atuou de maneira eficiente e comprometida no licenciamento dos empreendimentos em Pernambuco e o resultado deste trabalho pode ser observado nos números a seguir. Em 2019, a Agência emitiu 3785 licenças e autorizações, equivalentes à mais de 10 licenças por dia, fruto de um trabalho sério, competente e dedicado de todo time que compõe a CPRH.

TIPO DE LICENÇA/AUTORIZAÇÃO	QUANTIDADE
AUTORIZAÇÃO	654
LICENÇA DE INSTALAÇÃO	531
LICENÇA DE OPERAÇÃO	1255
LICENÇA PRÉVIA	206
LICENÇA SIMPLIFICADA	1139
TOTAL	3785



Figura 13: Sistema de licenciamento Ambiental eletrônico à distância

Quanto às Autorizações de Supressão Vegetal, o controle das atividades florestais é exercido também através da operacionalização do Sistema Nacional de Controle da Origem de Produtos Florestais – SINAFLOR, o qual contou com a expedição de 78 Autorizações em 2019.

Com os esforços envidados em favor da melhoria da eficiência das ações de fiscalização, foram lavrados cerca de 1380 autos de infração pela equipe de fiscalização da CPRH durante 2019. Esse resultado é fruto também da continuidade das ações de desburocratização da autarquia, o que tem proporcionado uma maior dedicação às atividades de fiscalização e combate aos crimes ambientais, e a garantia da regularidade dos empreendimentos/atividades pela equipe técnica da CPRH.



Figuras 14 e 15: Ações de Fiscalização exercidas pela equipe da Agência.

Outro importante avanço obtido em 2019 veio através da aprovação e publicação da Lei nº 16784 de 23 de dezembro de 2019, a qual atualiza as tipologias e enquadramentos licenciados pela CPRH. A iniciativa visa acompanhar as mudanças legislativas e administrativas, ocorridas na área do licenciamento ambiental, desde a publicação da Lei vigente em 2010.

Uma das principais competências da Agência Estadual de Meio Ambiente, o monitoramento da qualidade ambiental é uma importante área de atuação da CPRH para a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado de Pernambuco. Neste sentido, a autarquia exerceu com eficiência sua atribuição de monitoramento ambiental através, principalmente, de ações como:

- Monitoramento da Qualidade das águas das Bacias Hidrográficas e Reservatórios (Qualiagua);
- Monitoramento Florestal;
- Balneabilidade das Praias;
- Monitoramento da Qualidade do Ar em SUAPE;
- Monitoramento dos resíduos sólidos;
- Reestruturação do Programa de Respostas Rápidas a Acidentes com Produtos Químicos Perigosos – P2R2;
- Programa de Gestão da Qualidade Ambiental – PGQA;

Resultado de uma construção consistente e participativa, em 2019 foi elaborado o documento que estabelece o Zoneamento Ambiental e Territorial das Atividades Náuticas (ZATAN) da região do estuário do Rio Formoso, na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe, no Litoral Sul do Estado. O ZATAN busca equilibrar a prática das atividades náuticas com a proteção das áreas de preservação, delimitando pontos específicos para os banhistas, locais de embarque/desembarque dos equipamentos náuticos e áreas de navegação e pesca para que essas atividades possam continuar ocorrendo com segurança e conservação do meio ambiente.



Figuras 16 e 17: Processo participativo de elaboração do ZATAN.

Ainda na APA de Guadalupe, O Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH, realizou em 2019 o Curso de Conduta Responsável. A atividade coordenada por Joany Deodato, gestora da APA Estadual, conta com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Agência Alemã de Cooperação Técnica (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ), e tem como objetivo orientar os responsáveis pelas embarcações que trafegam pelos estuários e zona marítima da unidade de conservação.

Ademais, o curso integra o Programa de Desenvolvimento de Turismo Sustentável previsto no Plano de Manejo da APA de Guadalupe, que visa à realização de capacitações para conduta consciente em ambientes recifal, manguezal e de praia, com a participação dos atores locais.

No campo do enfrentamento a acidentes ambientais, destaca-se a atuação da agência no combate aos impactos ambientais provocados pelo aparecimento de óleo no litoral de Pernambuco ocorrida em 2019. Desempenhando um papel fundamental na mitigação e gestão ambiental durante o incidente, a agência contou com a colaboração de mais de 70 servidores de diversas áreas, mais de 10 viaturas e 1 embarcação, tudo deslocado para colaborar com o enfrentamento ao incidente, hoje considerado como um dos mais graves incidentes com óleo no Brasil. Ao todo, 1.650 toneladas de óleo foram recolhidas de praias e rios pernambucanos, entre 17 de outubro e 1º de novembro, atingindo 47 praias Pernambucanas.



Figuras 18 e 19: Ação de enfrentamento ao aparecimento de óleo no litoral de Pernambuco

Cumpra registrar ainda o excelente trabalho exercido na gestão das Unidades de Conservação do Estado. Além das atividades de fiscalização e licenciamento, a CPRH atuou de maneira participativa e permanente junto às comunidades locais, compartilhando conhecimento e experiências através da execução de projetos como:

- Elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Negócio dos Arranjos Produtivos Locais (APL) para a APA de Santa Cruz;
- Planos piloto de Cooperativa de Receptivo Turístico na região do Forte Orange em Itamaracá e Unidade de beneficiamento de mariscos em Atapuz/Goiana;
- Formação de Agentes Populares em Educação Ambiental para Apa de Santa Cruz, Estação Ecológica de Caetés e no Refúgio de Vida Silvestre Matas do Sistema Gurjaú;
- Plano de utilização e distribuição da Publicação Educativa da APA de Santa Cruz, reconhecendo o valor ecológico, sócio cultural e econômico da APA.

Por fim, a Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH realizou em 2019, reunião técnica com instituições federais e estaduais para apresentar e receber contribuições sobre os Planos Ambientais de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios Artificiais (PACUERAS) Negros e Ipojuca, a serem implantados em Sertânia e Arcoverde, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).



Figuras 20 e 21: Consulta Pública de apresentação dos PACUERAS

Os PACUERAS estão previstos na Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro) e na Resolução do Conama nº 302/2002. Ele é definido como um conjunto de diretrizes e proposições com o objetivo de disciplinar a conservação, a recuperação, o uso e ocupação do entorno do reservatório artificial, constituindo-se em um instrumento de planejamento e gestão das áreas circunvizinhas aos reservatórios.

Para o reservatório Negros, Isabel Oliveira, da CMT Engenharia, apresentou a proposta de quatro programas ambientais. Os programas estão voltados para: Conservação do solo e da água; Recuperação ambiental; Educação ambiental e comunicação social, além de um outro voltado para o Monitoramento ambiental. Foram também sugeridas oito zonas ambientais, localizadas na faixa de domínio da União, e outras três voltadas para propriedades privadas. São elas: Zona do lago, Zona de Proteção Prioritárias, Zona de Uso Institucional, Zona de Operação, Zona de Segurança de Barragem, Zona de Proteção Especial, Zona de Uso Moderada, além de Zona de Uso Restrito.

Já o reservatório artificial Ipojuca, localizado no município de Arcoverde, abrangerá 67,89 hectares, e será o ponto final do Ramal do Agreste. A partir dele, a água seguirá para uma estação de tratamento e abastecerá outros municípios da região por meio de um sistema de adutoras. Entre as diretrizes apontadas pelo Pacueras para a diversas zonas está a de Uso Restrito, cujo objetivo é a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Neste caso, há a sugestão de proteção do Sítio Pedreira, que abriga a nascente do Rio Ipojuca e vestígios arqueológicos encontrados nos estudos.

Estes planos são referentes às obras do Ramal do Agreste, no trecho VII do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. O encontro ocorreu no auditório do Parque Estadual de Dois Irmãos, na Zona Norte do Recife.

4. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2019

	ORÇADO (R\$)	EXECUTADO (R\$)
GRUPO 1	31.797.530,00	31.022.927,18
GRUPO 3	16.101.694,00	13.836.035,25
GRUPO 4	3.475.719,74	2.609.241,66
TOTAL	51.374.943,74	47.468.204,09